

**As crianças do acampamento povo sem medo de lutar: uma reflexão em tempos de
pandemia**

Children of the people camp without fear of fighting: a reflection in times of pandemic

Niños del pueblo acampan sin miedo a pelear: un reflejo en tiempos de pandemia

Recebido: 16/12/2020 | Revisado: 16/12/2020 | Aceito: 18/12/2020 | Publicado: 21/12/2020

Stefany Thyene Albuquerque dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5731-8296>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: stefanythyene@gmail.com

Janine Marta Coelho Rodrigues

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9457-9070>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: nenija9@hotmail.com

Valdegil Daniel de Assis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9362-7678>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: daniel_assis@hotmail.com

Vanusa Nascimento Sabino Neves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6163-1699>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: pbvanusa@hotmail.com

Carlos Alberto de Carvalho Andrade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0714-757X>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: andradecolele@hotmail.com

Charlyne Lira Urtiga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0372-2338>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: charlynelr@hotmail.com

Alyne Rosiwelly Araujo Figueiredo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6727-0679>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de relatar a realidade e as dificuldades enfrentadas por crianças, oriundas de rede pública municipal da cidade de João Pessoa durante a pandemia de COVID-19 no ano de 2020. O Acampamento Povo Sem Medo de Lutar, localiza-se no Bairro das Industrias, Município de João Pessoa, Paraíba. Nele, existem 42 duas famílias e 65 crianças que vivem em estado de vulnerabilidade social, sem suporte algum do sistema municipal de ensino. A líder do acampamento construiu uma escola com lona e materiais doados para que as crianças não ficassem sem a rotina de uma escola e sem estudar. Em nosso campo teórico, buscamos documentos legais como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e autores como Paulo Freire, Bourdieu, Marx e Saviani, para embasar a reflexão sobre a realidade dessas famílias e crianças. Denunciamos a negligencia dos poderes públicos municipais e a Secretaria de Educação Municipal, por não oferecerem alimentação, nem suporte pedagógico, para as crianças que fazem parte do assentamento.

Palavras-chave: Educação; Exclusão; Pobreza.

Abstract

The present work aims to report the reality and the difficulties faced by children, from the municipal public network of the city of João Pessoa during the pandemic of COVID-19 in 2020. The Povo Sem Medo de Lutar Camp, is located in Bairro das Industrias, Municipality of João Pessoa, Paraíba. In it, there are 42 two families and 65 children who live in a state of social vulnerability, without any support from the municipal education system. The camp leader built a school with canvas and donated materials so that the children would not be left without the routine of a school and without studying. In our theoretical field, we seek legal documents such as the 1988 Constitution, the Law of Directives and Bases of Education and authors such as Paulo Freire, Bourdieu, Marx and Saviani, to base the reflection on the reality of these families and children. We denounce the negligence of the municipal public authorities and the Municipal Education Secretariat, for not offering food or pedagogical support for the children who are part of the settlement.

Keywords: Education; Exclusion; Poverty.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo reportar la realidad y las dificultades que enfrentan los niños, de la red pública municipal de la ciudad de João Pessoa durante la pandemia de COVID-19 en 2020. Se ubica el Campamento Povo Sem Medo de Lutar en Bairro das Industrias, Municipio de João Pessoa, Paraíba. En ella hay 42 familias y 65 niños que viven en estado de vulnerabilidad social, sin ningún apoyo del sistema educativo municipal. El líder del campamento construyó una escuela con lienzos y donó materiales para que los niños no se quedaran sin la rutina de una escuela y sin estudiar. En nuestro campo teórico buscamos documentos legales como la Constitución de 1988, la Ley de Directrices y Bases de la Educación y autores como Paulo Freire, Bourdieu, Marx y Saviani, para fundamentar la reflexión sobre la realidad de estas familias y niños. Denunciamos la negligencia de las autoridades públicas municipales y de la Secretaría de Educación Municipal, por no ofrecer alimentos ni apoyo pedagógico a los niños que forman parte del asentamiento.

Palabras clave: Educación; Exclusión; Pobreza.

1. Introdução

Em março de 2020 todos os países foram surpreendidos inclusive o Brasil, uma pandemia, um vírus classificado como COVID-19 altamente contagioso, modificando toda a estrutura da sociedade, todas as pessoas foram obrigadas por determinação da organização mundial de saúde a não saírem de casa, aeroportos e fronteiras foram fechadas, bares restaurantes shopping, caso houvesse a necessidade em sair de suas residências as pessoas eram obrigadas a utilizar mascaras, foi declarado estado de emergência.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional—o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Foram confirmados no mundo 25.327.098 casos de COVID-19 (208.215 novos em relação ao dia anterior) e 848.255 mortes (3.957 novas em relação ao dia anterior) até 1 de setembro de 2020. (OMS 2020).

As escolas precisaram se adequar aos protocolos de segurança, algumas decretando férias antecipadas, no estado da Paraíba e no município de João Pessoa as escolas continuam

fechadas. Passamos a viver um momento de incertezas, onde não se sabe quando as aulas presenciais poderão retornar, os estados de Pernambuco, São Paulo, Amazonas e outros oito estados planejam o retorno em outubro do corrente ano.

Neste sentido, houve a necessidade de suspender as aulas presenciais, as escolas precisaram se adaptar as novas formas de ensino, como por exemplo as aulas remotas, materiais didáticos sofreram adaptações e uma das ferramentas utilizadas para salvar o ano letivo foi a *internet*, os aplicativos moveis e as plataformas digitais também se tornaram dos professores e estudantes, segundo o autor Lévy (1999) diz que:

Não se trata aqui de utilizar qualquer custo as tecnologias, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que está questionando profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educativos tradicionais e, notadamente, os papeis de professor e aluno. (p.08)

Diante dos desafios apontados anteriormente pela comunidade, durante o período de crise sanitária que estamos vivenciando no mundo, optamos por desenvolver essa investigação para darmos visibilidade à comunidade e, acima de tudo, possamos refletir acerca dos desafios que a educação paraibana vem enfrentando nos últimos tempos. Desse modo, o presente trabalho visa relatar a realidade e as dificuldades enfrentadas por crianças, oriundas de rede pública municipal da cidade de João Pessoa durante a pandemia de COVID-19 no ano de 2020. Metodologicamente é um estudo de cunho qualitativo, realizado a partir de uma observação e vivências obtidas com os moradores da comunidade por meio de conversas informais. Além disso, estruturamos esse texto em três momentos: uma breve descrição da metodologia e em seguida, as nossas observações e reflexões acerca dos desafios que as crianças do acampamento Povo Sem Medo de Lutar estão vivendo. Por último, as considerações finais.

2. Metodologia

A metodologia desse trabalho baseou-se no estudo de caso e em uma abordagem do tipo qualitativa, utilizamos como instrumento de coleta de dados, técnicas de observação a fotografias de acordo com Minayo (2010, pp. 21-22),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, valores, e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos

processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. pp. 21-22),

Por sua vez, Richardson (2017) assim define a abordagem qualitativa: “A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social humano” (p. 67). De acordo com Pereira A.S. et al. (2018), a saber

Nas Ciências Humanas como é o caso das Ciências da Educação, Psicologia, Antropologia, Ciência Política, História, Geografia, Filosofia, Sociologia e outras, faz-se o emprego do estudo de caso que pode ser de um processo educacional, um professor, um aluno, uma classe, uma turma, uma escola ou uma região com algum fenômeno em foco. (p.70)

Em menção a esse contexto, Demo (2006) explicita que, nas pesquisas qualitativas, é relevante ter uma percepção sensível da realidade objeto de análise, as informações contidas neste trabalho fazem parte de um estudo inicial sobre as diferenças sociais e exclusão que estão acontecendo durante a pandemia. O acampamento povo sem medo de lutar se iniciou no mês de janeiro de 2020, fazem parte do grupo 42 famílias que em sua maioria foram despejadas das casas de suas famílias, e outras famílias que moravam de aluguel e não conseguiram mais arcar com suas despesas pessoais, como aluguel energia, alimentação então todos se reuniram e ocuparam o espaço público, o terreno pertence a prefeitura municipal. Constatamos através da técnica de observação que as famílias reivindicam a construção de moradias sociais, observamos ainda a existência de outras moradias sociais construídas no mesmo local pela Prefeitura de João Pessoa.

3. As Crianças do Acampamento Povo sem Medo de Lutar uma Reflexão em Tempos de Pandemia

A formação de professores para o uso de tecnologias requer condições, para que ele construa conhecimento sobre as técnicas computacionais, entenda por que e como integrar o computador na sua prática pedagógica o conhecimento dos professores passam a ser mais valorizados pelas famílias nesse momento em que os professores, estudantes se encontram em isolamento social.

Por outro lado, as empresas que querem vender seus produtos tecnológicos, como as ferramentas que serão utilizadas para formação de professores, gestão dos sistemas

educacionais e gestão de sala de aula. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN A Lei nº 9394/96- no artigo 62, trata dos tipos e modalidades dos cursos de formação inicial de professores, desse modo expresso, § 3º “A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância”.

Durante esse momento de isolamento social, observamos duas realidades distintas na área da educação, a primeira realidade, são escolas particulares, que podem contratar empresas, que tem como produto plataformas on-line que ajudam na organização das atividades diárias da sala de aula ou das atividades de uma escola em geral, seu público de alunos em sua maioria tem acesso à banda larga, que podemos conceituar como “uma infraestrutura de rede capaz de fornecer de forma confiável diversos serviços convergentes por meio de acesso de alta capacidade ao longo de um mix de tecnologias” (Broadband Commission, 2010 p.20). Família depor aquisitivo médio e alto, como também alto capital cultural como afirma o sociólogo Bourdieu (1997).

Acumulação de capital cultural desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis – só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por consequência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital. (p. 86)

Para o autor crianças que fazem parte da realidade anteriormente citada não precisam fazer muitos esforços para que o conhecimento chegue até elas, começando pelos níveis de escolarização dos pais, geralmente com curso superior, com emprego fixo ou empresas, geralmente as crianças são levadas em carros por algum responsável da família, os materiais didáticos utilizados geralmente são de auto nível, as crianças chegam na escola alimentadas, ou levam seus lanches, de uniforme limpo e de tênis.

A segunda realidade que queremos discutir neste trabalho é a realidade das escolas públicas, com estudantes que fazem parte de família que em sua maioria não tem moradia, acesso à banda larga, aparelhos que possam ter acesso a internet, como celulares tabletes, notebooks ou computadores. As políticas neoliberais do atual governo federal contribuem ainda mais para o aumento das desigualdades. Segundo o site todos pela educação comparando o “1º bimestre deste ano, os órgãos que reúnem recursos da Educação Básica, como também Inep, Capes e FNDE) tiveram redução de 2,4% na soma de seus orçamentos no 2º bimestre, isto é, cerca de R\$ 878 milhões foram remanejados para outras áreas”.

A dura realidade enfrentada pelas crianças que estão matriculadas e não têm acesso à Educação, não recebem nenhum tipo de suporte da Secretaria de Educação Municipal de João Pessoa, como alimentação e suporte pedagógico. Nessa realidade observamos crianças incluídas¹ que segundo o autor Holanda, estar incluído ou compreendido, fazer parte (HOLANDA, 1993. p.175), limitar o conceito de inclusão apenas para pessoas com deficiência, ainda é uma forma minimalista, entretanto nas pesquisas relacionadas aos conceitos de inclusão ainda está diretamente ligado a pessoas com deficiência, além da inclusão precisamos também falar sobre equidade que de acordo com Aristóteles (2000).

A justiça e a equidade não parecem ser absolutamente idênticas, nem ser especificamente diferentes. Às vezes louvamos o que é equitativo e o homem equitativo (e até aplicamos esse termo à guisa de louvor, mesmo em relação a outras virtudes, querendo significar com “mais equitativo” que uma coisa é melhor); e às vezes, pensando bem, nos parece estranho que o equitativo, apesar de não se identificar com o justo, seja ainda assim digno de louvor; de fato, se o justo e o equitativo são diferentes, um deles não é bom, mas se são ambos bons, hão de ser a mesma coisa. (p.46)

Entretanto, neste mesmo sistema educacional, termos a exclusão podemos conceituar na obra de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), em “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” que são diversos, como sexo, raça, idade, e condições de saúde, e a segunda denominada pelas estruturas sociais como garantir a coexistência de poderosos e fracos, ricos e pobres e como Max (2005), nos explica que o fruto da sociedade capitalista é a exploração.

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho (...) O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo que dissocia o trabalhador dos meios de produção. (p. 828).

A sociedade capitalista tem como princípio a exclusão, que é a base desta sociedade, o lucro, então nesta mesma lógica ela não pode investir na maioria da população, por outro lado

¹ Significado para Inclusão: Ação ou efeito de incluir. / Estado de uma coisa incluída. / A etimologia da palavra inclusão vem do latim INCLUDERE, "fechar em, inserir, rodear".

temos os movimentos sociais que se organizam com a população buscando a efetivação dos direitos, entretanto a classe dominante, que investe cada dia mais na exclusão destes direitos.

O direito a educação está estabelecido na constituição no artigo 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” é uma conquista da maioria da população brasileira, importante ressaltar que as reformas educacionais feitas ao longo da história são para manutenção das classes dominantes no poder.

No Acampamento Povo Sem Medo de Lutar, que fica situado no distrito industrial em João Pessoa encontram-se o quantitativo de 64 crianças que fazem parte da ocupação e 40 crianças que frequentam a “Escola” que foi criada pela líder da ocupação, para que essas crianças não ficassem sem as atividades, as rotinas diárias de uma escola ou sala de aula, vejamos algumas fotos da escolinha.

Imagem 1. Escola sonho de criança.



Fonte: Autores (2020).

Imagem 2. Material doado.



Fonte: Autores (2020).

As fotografias acima demonstram o local onde ficam guardados todos os materiais que são utilizados pelas crianças nas oficinas diárias, e as crianças menores que utilizam basicamente os brinquedos, com as chuvas de verão e o vento forte a lona da escola se rasgou então, fizemos uma doação da lona amarela, para que a escolinha pudesse ser coberta e não estragasse o material que existe dentro da mesma, todo material e tudo que existe no acampamento, são frutos de doações de diversas pessoas, é importante ressaltar que no início do ano a Secretaria de Desenvolvimento Urbano SEDUB, tentou fazer a remoção das 42 famílias, a mando de quem até o presente momento não sabemos, a única solução encontrada

para permanecerem no local do acampamento, foi reunir todas as crianças em um barraco e esperar a chegada do conselho tutelar, então veio a chegada da pandemia e de certa forma ajudou para que as famílias não fossem despejadas me inspiro nos escritos de Freire e vejo a opressão do governo municipal ao tentar fazer o despejo daquelas famílias, o terreno que ele ocupam é da prefeitura de João Pessoa e por que as casas ainda não foram construídas? Freire (1989) diz que:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor que ele o sentido da opressão? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação não chegará por acaso, mas pelas práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento de necessidade de lutar por ela. (p.17).

Nós professores não queremos fazer parte dessa sociedade opressora, pelo contrário, queremos lutar contra essa opressão promover educação libertadora crítica, onde os estudantes possam refletir sobre a sua realidade, e assim podendo modifica-las, lutamos para que todas as crianças não apenas estejam matriculadas na escola, e a garantia dos seus direitos fundamentais, para que possamos ter uma educação mais democrática, nosso objetivo é nos reunirmos com o pessoal do local, garantir a dignidade, , as moradias, a alimentação, estamos nessa luta, brigando pelo direitos negados, que é básico para sobreviver com dignidade

Toda a alimentação que a escola recebe e fornece para as crianças que participam, são doações feitas por voluntários, semanalmente, distante do que apregoa o financiamento da educação pública básica, assegurado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), ele estabelece o valor per capita por aluno, em todos os níveis de ensino. Com vistas a ter acesso a esses recursos, estados e municípios se digladiam, cada um objetivando matricular maior número de alunos, constituindo uma forma de arrecadar mais dinheiro parar os seus cofres, e onde está sendo aplicado o dinheiro dessas crianças que estão matriculadas? A Constituição Federal do Brasil, no Artigo 227 de (1988), defende:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (p. 68)

O diálogo crítico idealizado por Freire se refere que seja libertador em todas as esferas, na educação, na construção de uma sociedade mais justa para todos, para que aprendendo, estudando, as pessoas entendam qual é o seu posicionamento na sociedade, que assim possam romper com a estrutura de divisão de classe social na qual o capitalismo se estrutura como forma de exploração do ser humano por outro ser humano.

O estado que tem a obrigação para assegurar os direitos anteriormente citados, são direitos que estão na constituição, e o estado não está desempenhando o seu papel de forma adequada, sendo negligente com a infância, e onde está a secretaria de educação municipal em fornecer a alimentação que é também um direito dessas crianças? Não é apenas o capitalismo que é elemento de exclusão e não só as políticas de governos neoliberais e sim o próprio estado, quando não cumpre o seu papel, observamos que a escola e a educação como elemento de exclusão para Saviani, (1981) “Num primeiro grupo, temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. Num segundo grupo, estão as teorias que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização”. (p. 3). Entendemos que a educação pode constituir um instrumento de equalização social, haja vista que, por meio da Educação, várias realidades podem ser modificadas, principalmente a das crianças que se encontram em situação de risco social, como essas crianças que fazem parte dessa realidade descrita.

Imagem 3. Hora da refeição.



Fonte: Autores (2020).

Chamo atenção na fotografia muitas crianças fazendo a refeição na escola, por ser o único local onde podem se alimentar, na maioria dos barracos faltam alimentos, que antes da

pandemia eram fornecidos pela merenda escolar. A escola inicia suas atividades as 7.30 com o café da manhã, 11:00 o almoço e a 16:00 tem outra merenda 13:30, são professores voluntários que fazem atividades com as crianças, o ambiente para o acontecimento dessa atividades, é uma mesa enorme que foi adquirida por meio de doações, a idade das criança eu frequentam variam de 1 ano até os 14 anos, os menores até 6 anos são separados em um outro espaço onde ficam a maior parte do tempo brincando, e a outra parte da crianças sentadas em cadeiras e outras no mesão, as pessoas que fazem tudo isso acontecer são 4 mulheres mães de família, cada uma além de ter a sua responsabilidade se a outra pessoa estiver precisando de ajuda elas já se prontificam a ajudar, o que acredito ter visto de mais bonito nesse local, é a união das mães que cuidam e educam de todas as crianças como se fosse seus filhos as crianças da escolinha são de responsabilidade de todos, não podemos definir o cardápio das crianças, até por que as crianças comem o que chega exemplo disso é a alimentação da criança abaixo.

Imagem 4. Alimentação fornecida por doações.



Fonte: Autores (2020).

Vejam os a alimentação de uma das crianças, observem que nutricionalmente o ideal para alimentação² nessa faixa etária deveria para conter o típico, arroz com feijão e a proteína. Por que o feijão e arroz tem nutrientes que se complementam. No entanto, acreditamos que, o

“A lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020 ementa: Altera a Lei nº 11.947, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)”.

ideal seria uma alimentação caseira, baseada em feijão, arroz, carne, legumes e verduras, as crianças não tem acesso a frutas e verduras para ter uma alimentação saudável.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959, diz: “A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito”. Enquanto provedor, o Estado deveria garantir os direitos das crianças, conforme consta, também, no artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no Art. 2º “que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” vejamos algumas fotos do acampamento Povo sem Medo de Lutar.

Imagem 5. Preparação para oficina pedagógica.



Fonte: Autores (2020).

Na figura acima observa-se a falta de estrutura adequada como instalação elétrica e o teto que é coberto por lona, quando chove na maioria das vezes a lona rasga e as crianças se molham, para que aconteça o local das oficinas pedagógicas, chamo atenção mesmo com toda infraestrutura precária as crianças sentem bastante vontade de aprender, chegam ao local no horário correto e são bastante participativas. Não é apenas a Educação, a moradia que são precárias neste local mas a higiene pessoal o assentamento não tem saneamento básico, o esgoto corre a céu aberto como também as fossas são improvisadas e banheiros algumas foças são feitas com um tambor de plástico para o armazenamento dos dejetos humanos, na hora do

lanche e das refeições apenas uma das 40 crianças lavaram as mãos, a água que foi feito o suco não era filtrada a água era de uma torneira improvisada.

Com toda essa realidade descrita e fotos comprovando essa realidade, fizemos denúncias, pelas redes sociais a atual Secretaria de Educação municipal Edilma Freire, e ao Governo do Estado na pessoa de João Azevedo até o presente momento nada foi feito. Encerro nosso texto com a seguinte frase do patrono da educação Paulo Freire “Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes, desenvolvam uma forma de educação que permitisse as classes dominadas percebessem as injustiças sociais de forma crítica”.

4- Considerações Finais

As contribuições do nosso estudo deixar registrado nos meios científicos as modificações ocorridas na educação no ano de 2020, demonstrando a importância da formação de professores para as tecnologias, a negligência do estado e que deveria está articulando políticas educacionais e sócias para garantia dos direitos como por exemplo direito de aprender, de brincar, de estudar, retirando as crianças de estado de vulnerabilidade social. Entendemos que as condições sociais enfrentada pelas crianças não são fáceis, por isso a importância do financiamento da educação básica através do Fundeb. Neste estudo, a partir da realidade constatada no acampamento Povo Sem Medo de Lutar, refletimos sobre as fragilidades educacionais das camadas menos favorecidas, no ano de 2020, alteradas pela pandemia de COVID-19, porquanto vivenciamos momentos atípicos, inclusive resultando no aumento das desigualdades sociais. O que nos levou a empreender esforços para melhor compreendermos o papel do Estado frente a toda problemática relacionada aos reflexos da atual crise sanitária na seara educacional. Questionamos se os professores estão, ou não, preparados para a nova realidade da educação? Se o Estado tem cumprido sua função, ou se tem sido negligente com a infância e a aprendizagem das crianças de baixa renda? Essa empreitada também no levou a discutirmos sobre a importância da formação docente para o manejo das tecnologias digitais e sobre o acesso dos alunos a essas tecnologias.

Os resultados do estudo contribuíram para pensarmos o quanto a educação brasileira é negligenciada pelos governos e o quanto carecemos de financiamento suficiente para melhor suprir as necessidades de comunidades como é o caso do acampamento Povo Sem Medo de Lutar, *locus* desta pesquisa. De certo, a Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa, até o presente, não articulou políticas sociais e educacionais para que as desigualdades

identificadas fossem amenizadas. Pelo contrário, tem demonstrado as fragilidades da educação básica. Importa dizer ainda, que, neste ano, o governo Federal, com o novo FUNDEB, retirou dinheiro das escolas públicas, repassando-o para escolas privadas. O investimento do governo federal na educação básica é de suma importância sem ele não existe outra forma de garantir os seus direitos essenciais para que possa garantir o desenvolvimento das crianças. Sendo este o grande desafio de ter feito essa investigação, pois essa comunidade exemplifica a falta de políticas de investimentos sociais e, sobretudo, para a educação dessas crianças.

No entanto, ante as fragilidades existentes na educação básica pública, seria essa a melhor alternativa? De todo o exposto, foi evidenciado que a comunidade Acampamento Povo Sem Medo de Lutar padece as consequências da ausência das políticas educacionais efetivas para mitigar as desigualdades sociais ali ainda existentes. O que certamente não é diferente de outras regiões vulneráveis do Brasil. Isso tudo nos reporta a necessidade de valorização da Educação pelo poder público a fim de que sejam oportunizados aos atuais alunos e às próximas gerações meios de equalização social.

Ademais, os docentes também requisitam resolutividade que lhes supram as necessidades, dentre as quais, estão as relativas ao desenvolvimento de competências direcionadas aos novos desafios do campo educacional, sempre em transformação. Sugerimos a ampliação da presente investigação para outras comunidades que experimentam vulnerabilidades semelhantes aquelas identificadas no acampamento Povo sem Medo de Lutar a fim de se verificar se os dados revelados, de fato, são reproduzidos em outras realidades, sempre em interlocução com as pessoas que estão inseridas no processo ensino-aprendizagem da localidade, no afã de desenvolver uma consciência de mundo e das reais condições alicerçada na criticidade transformadora cada um deu sua contribuição em cada área específica de sua atuação, e todos fazem parte do projeto Escolinha sonho de criança que nós descrevemos neste trabalho.

Referências

Brasil - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. (2020). Recuperado de <https://www.paho.org/pt/brasil>

Brasil. L9394. (2013). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Brasil. Portal da Câmara dos Deputados. (2020). Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-13987-7-abril-2020-789956-norma-pl.html>

Do Romantismo Ao Realismo - Aurelio Buarque de Holanda Ferr. (2018). Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/381542003/Do-Romantismo-Ao-Realismo-Aurelio-Buarque-de-Holanda-Ferr>

Bourdieu, P. Bourdieu, Pierre e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação / organização Regina Maria Marteleto e Ricardo Medeiros Pimenta. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

Bourdieu, P. Capital Cultural, Escuela y Espacio Social. México: Siglo Veinteuno, 1997. (1818-1883). O Capital: crítica da Economia Política: livro I. Tradução de Reginaldo Santa'Anna. (20a ed.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. XXIV

Freire, P. *Pedagogia do oprimido*. (17a ed.), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Minayo, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12 edição. São Paulo: Hucitec, 2010. STAKE, Robert E. A arte da investigação com Estudos de Caso. Tradução de Ana Maria Chaves. (3a ed.), Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

Richardson, R. J., & Pfeiffer, D. K. Pesquisa social: métodos e técnicas. (4a ed.), Rev., atual. São Paulo: Atlas, 2017.

Rousseau, J-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* Editora Universidade de Brasília – Brasília/DF; Editora Ática – São Paulo/SP – 1989

Soares, A., Pereira, D., Shitsuka, M., Parreira, F., & Shitsuka, R. (n.d.). *Metodologia da Pesquisa Científica*. https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/02/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica_final.pdf.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Stefany Thyene A. dos Santos – 20%

Janine Marta Coelho Rodrigues – 20%

Valdegil Daniel de Assis –15%

Vanusa Nascimento Sabino Neves –15%

Carlos Alberto de Carvalho Andrade –15%

Alyne Rosiwelly Araújo Figueiredo –15%